

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO “AFROBETIZANDO NA TERRA DE ZUMBI DOS PALMARES”

Suzi Alves Silva¹
Shirley Henrique Silva²
Elaine Cristina dos Santos Lima³

Resumo:

O presente trabalho aborda experiências de ensino realizadas em uma escola da zona rural do município de Arapiraca, com o intuito de elaborar considerações acerca da prática docente a partir da promulgação da Lei 10.639/2003 que versa sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Para isso, foi realizado um estudo bibliográfico que parte de uma abordagem qualitativa, objetivando valorizar o povo afrodescendente no contexto escolar na tentativa de conscientizar para desconstrução da raça e do racismo e a construção de um pensamento sobre o gênero humano. Enfatizamos, aqui, a relação professor/a/aluno/a no âmbito escolar. Para isso, consideramos os estudos de Almeida (2019), Davis (2018), Hooks (2019), Gomes (2005), Brito (2017), Domingues (2007), Munanga (2005). Por fim, o estudo concluiu que a reflexão sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar baseado na Lei 10.639/03 proporcionou um olhar diferenciado acerca da construção do povo negro no país sob a perspectiva do cotidiano escolar..

Palavras-chave:

Racismo estrutural. Relações étnico-raciais. Lei 10.639/2003. Escola pública. Prática Docente.

ANÁLISIS DE LA EXPERIENCIA DEL PROYECTO "AFROBETIZANDO EN LA TIERRA DE ZUMBI DOS PALMARES"

Resumen:

El presente trabalho aborda experiencias de ensino realizadas en una escuela de zona rural del municipio de Arapiraca, o el intuito de elaboración considerações acerca de prática docente a partir de promulgação da Lei 10.639 / 2003 que versa sobre el ensino de História y Cultura Afro-Brasileira e Africana. Por lo tanto, se realizó un estudio bibliográfico que forma parte de un abordaje cualitativo, objetivando valorizar o povo afrodescendente en el contexto escolar en tentativa de conciencia para la desconstrucción de la raza y el racismo y una construcción de un pensamiento sobre el humano. Enfatizamos, aqui, profesor de relação / a / aluno / a no âmbito escolar. Para isso, consideramos os estudos de (Almeida, 2019), (Davis, 2018), (Hooks, 2019), Gomes (2005), Brito (2017), Domingues (2007), Munanga (2005). Por ejemplo, el estudio concluyó que una reflexión sobre las relaciones étnicas raciales en el

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL/2019) e atualmente é Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da UFAL. É professora dos anos iniciais da rede Municipal de Ensino de Lagoa da Canoa, Alagoas. suzi24soso@gmail.com

² Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Alagoas (2006). Fez especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira no Centro Universitário Internacional (2008-2009). É professora de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Ensino de Arapiraca. shirley_sil@hotmail.com

³ É Licenciada em Filosofia (2008/UFAL), Mestre (2013/UFAL). Atualmente é professora da IFAL, Campus Maceió. elainecdsl@hotmail.com

contexto escolar basado en Lei 10.639 / 03 proporcionó una diferencia diferenciada acerca de la construcción del povo negro en el país en una perspectiva del día escolar escolar.

Palabras clave:

El racismo estructural. Relaciones étnico-raciales. Ley 10.639 / 2003. Escuela pública. Práctica docente.

ANALYSIS OF THE EXPERIENCE OF THE PROJECT “AFROBETIZANDO IN THE LAND OF ZUMBI DOS PALMARES”

Abstract:

The present work deals with teaching experiences carried out in a school in the rural area of the city of Arapiraca, in order to elaborate considerations about teaching practice from the promulgation of Law 10.639 / 2003 which deals with the teaching of Afro-Brazilian History and Culture and African. To this end, a bibliographic study was carried out that starts from a qualitative approach, aiming to value the people of African descent in the school context in an attempt to raise awareness for the deconstruction of race and racism and the construction of a thought about mankind. Here, we emphasize the teacher / student / school relationship. For this, we consider the studies of (Almeida, 2019), (Davis, 2018), (Hooks, 2019), Gomes (2005), Brito (2017), Domingues (2007), Munanga (2005). Finally, the study concluded that the reflection on ethnic-racial relations in the school context based on Law 10.639 / 03 provided a different perspective on the construction of black people in the country from the perspective of school life.

Keywords:

Structural racism. Ethnic-racial relations. Law 10.639 / 2003. Public school. Teaching Practice.

Introdução

Pensar a prática docente nos anos iniciais é sempre um desafio para os professores que desenvolvem atividades voltadas para o respeito e à diversidade racial porque o próprio conceito de raça está associado à de fragmentação da sociedade humana. Nesse sentido “o racismo é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, p.18, 2019). Na tentativa de lutar contra essa estrutura racial e racista, as instituições escolares devem trabalhar com a inclusão desses povos nos espaços escolares, bem como, com sua cultura e o processo de formação do negro reconhecido enquanto gênero humano e não caracterizado em raça, afim de combater o racismo, preconceito e discriminação. Além disso, é fundamental assumir um posicionamento de luta e enfrentamento, pois numa sociedade que dividida em raça, significa o negro como inferior,

devido à dominação, aos estereótipos e aos estigmas sofridos, abordar essa temática será sempre desafiador.

A escola é um lugar de troca de conhecimento, de aprendizado com base na interação, nas vivências e socialização. Nesse sentido, para criar um espírito de estudar para aprender que se desenvolva tanto na sala de aula quanto fora dela, o aprendizado precisa ser entendido como uma experiência que enriquece a vida em sua integralidade” (Hooks, 2019, p 200). Por isso, acreditamos que esse trabalho, enquanto um relato de experiência, possa contribuir para o enfrentamento da segregação de raça e para socializar as estratégias utilizadas para a formação de crianças dos anos iniciais numa perspectiva de respeito ao povo negro enquanto pertencente ao gênero humano.

Partindo desse pressuposto, foram desenvolvidas atividades que direcionaram um olhar de curiosidade, respeito e empatia, enfatizando a importância de conhecer a história da construção de um Brasil plural, ou seja, formado por diferentes povos. Vale ressaltar que no período em que foi desenvolvido o projeto, como ainda hoje, as ideologias e valores predominantes na escola, em uma zona rural do Município de Arapiraca, estavam historicamente relacionados à visão de mundo e de sociedade construída a partir de uma história eurocêntrica, conservadora, branca e patriarcal, por tanto, reforçando a “marginalização dos homens e das regiões” como afirma Galeano (2019, p. 347).

É fundamental fortalecer e valorizar práticas educacionais voltadas para formação de crianças, jovens e adultos, se manter vigilante quanto à temática da prática do racismo e da existência de uma superioridade de raça, para que atos de natureza excludente possam ser combatidos. Ademais, no processo formativo não deve acontecer exclusão dos sujeitos por quaisquer questões que sejam. É preciso contemplar práticas pedagógicas com base no respeito à formação do gênero humano em sua integralidade e múltiplas dimensões.

A partir da concepção da educação como política estratégica, o enfoque nas práticas pedagógicas e no currículo da escola incorporou a discussão de raça e racismo. Pois, a efetivação das práticas pedagógicas acerca das relações étnico-raciais no cotidiano das escolas públicas está atrelada ao processo de formação dos sujeitos. Nesse sentido, é fundamental que as instituições escolares abordem as temáticas sociais que orientam a organização das propostas pedagógicas das escolas de educação básica, dando início ao reconhecimento e valorização do ser negro como ser humano no contexto escolar e na totalidade social.

Desde o ano de 2003, com a promulgação da lei 10.639, as instituições escolares estão “amparadas” quanto ao estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Apesar

de reconhecermos a importância desse debate, não podemos esquecer as limitações que essa lei possui e nem que foi o resultado de muitas lutas e custou o sangue de muitas pessoas envolvida com a causa. Por se tratar de uma questão estrutural não é incomum que ao promover o debate sobre raça e racismo nos espaços escolares, os professores e professoras sintam dificuldade e se deparem com uma profunda resistência emanada dos diversos setores da comunidade escolar e social. Assim, essa legislação dá legitimidade e respaldo aos professores e às professoras que se arvoram em materializar esse debate no currículo em ato. Mas, dispositivos legais como esse não são suficientes para que o enfrentamento radical contra a superioridade de raça e o racismo seja hegemônico na sociedade. São as práticas de luta antirracista e antirracista, de cunho socioeconômicas, que devem se materializar desde as mais tenras idades que contribuirão efetivamente para construção de uma sociedade não discriminatória e igualitária.

Em face desse contexto, investimos no planejamento, na coordenação, na realização, na avaliação e no relato de uma experiência de enfrentamento ao racismo estrutural por meio de um projeto intitulado “Afrobetizando”. Esse projeto foi desenvolvido numa escola da rede municipal de Arapiraca, e teve por objetivo central promover a valorização da cultura africana e afro-brasileira no contexto escolar. De modo específico, se objetivou conhecer o processo de formação do povo brasileiro; identificar e valorizar os traços físicos oriundos dos povos africanos (fenótipo); respeitar a negritude existente no âmbito escolar; trabalhar o imaginário das crianças a partir da leitura; estimular a curiosidade e o hábito de pesquisar sobre a história do povo negro no Brasil.

Acerca dos caminhos metodológicos por meio dos quais essa experiência foi desenvolvida, discutiremos na seção seguinte.

Descrição da experiência

O trabalho realizado consistiu em um projeto de ensino que foi desenvolvido na Escola de Ensino Fundamental Deputado José Pereira Lúcio, localizada em Vila Bananeiras, zona rural do município de Arapiraca-AL. Essa escola atende à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental I e II. Possui uma equipe de profissionais composta por uma diretora, uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica, uma secretária escolar, 38 professores/as e 22

servidores/as administrativos/as. Os/As educados/as estão organizados/as em 13 turmas e compõem um grupo de 580 sujeitos. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino.

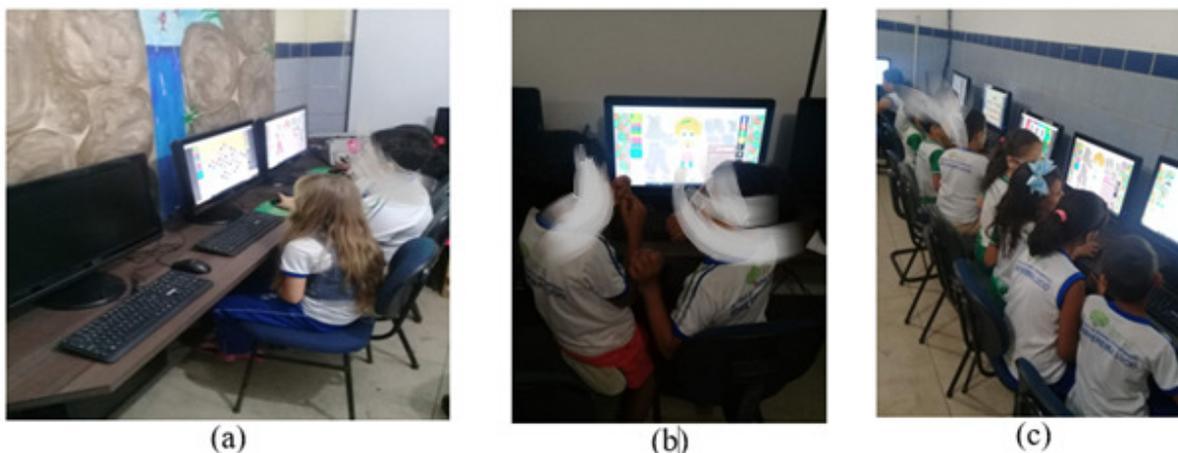
Em meados de setembro do ano letivo de 2018, quando ocorreu a primeira reunião após a posse da nova gestão escolar, a professora do 2º ano C do ensino fundamental I, turma composta por 21 crianças entre 7 e 8 anos de idade, sugeriu ao corpo docente a elaboração de um projeto acerca do ensino dos povos africanos, atrelado a data 20 de novembro que relembra a morte de Zumbi dos Palmares.

Naquele momento, houve uma rejeição inicial por parte de alguns/mas professores/as em relação ao tema proposto e principalmente sobre a duração do projeto, pois alegaram que trabalhar o “20 de novembro” seria suficiente. Além disso, argumentaram que trabalhar as relações étnico-raciais a partir de um projeto implicaria na diminuição do tempo para os demais conteúdos, enfatizando que estes eram mais importantes. Essa posição dos docentes indica o que já afirmamos acima, que a fragmentação do povo em raça trás consigo um racismo que faz parte da estrutura dominante da sociedade. De tal forma, que ao invés de perceber a importância fundamental de discutir os processos de produção de raça e racismo, preferem ignorar ou dá pouca importância a temática com a justificativa que conteúdo do currículo formal são mais importantes para formação das crianças. O que nos chama atenção, é que muitos desses profissionais são negro/a/s e sofrem na própria pele toda a violência racial promovida socialmente.

O corpo docente em sua maioria recusou abordar as relações étnico-raciais, todavia, uma das professoras dos anos iniciais apresentou o projeto à direção e à coordenação pedagógica da escola, que abraçaram a ideia. Com o apoio da gestão escolar, foi possível delinear e materializar o “Afrobetizando”. Esse projeto foi desenvolvido durante todo mês de novembro, com base na temática afro-brasileira e africana, amparada pela Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, nos ensinos fundamental e médio.

A atividade inicial do projeto aconteceu no laboratório de informática. Cada criança utilizou um computador e acessou o site <https://avatarmaker.com/> para produzir o seu próprio avatar. Os avatares são figuras criadas em programas de computador para criar um “eu virtual”. Durante essa atividade foi possível perceber que as crianças não reconheciam ou pouco identificavam a cor de suas peles, como pode ser verificado a partir da figura 1.

Figura 1 – Construindo avatares



Fonte: arquivos dos autores

Para problematizar essa questão, de como os sujeitos se enxergavam do ponto de vista da cor da pele, sugerimos que colocassem o braço encostado à tela do computador para que pudessem comparar as cores que haviam utilizado para colorir a pele de seus avatares, verificar as cores disponíveis no programa e confrontá-las com suas cores de pele. Após a realização da atividade, salvamos e imprimimos cada uma das produções. Retornamos à sala de aula para uma roda de conversa sobre o lápis “cor de pele” (rosa claro) e os lápis de cor marrom e preto, problematizando e discutindo acerca da ideia de que o lápis rosa claro é o lápis cor de pele.

No segundo dia de intervenção do projeto realizamos uma leitura do livro “A África de Dona Biá”, de autoria de Fábio Gonçalves Ferreira. Trata-se de uma narrativa sobre a África. Durante essa atividade o livro foi encoberto para a realização da leitura, sendo uma estratégia utilizada para a realização da atividade posterior. Em seguida solicitamos que as crianças desenhassem a África a partir da leitura do livro e de seu imaginário, e também que ilustrassem a personagem principal da história “Dona Biá” de acordo com a descrição do livro. A interpretação da estória feita pelas crianças trouxe mais uma curiosidade sobre a não aceitação da cor da pele. Poucas crianças conseguiram pintar a “Dona Biá” com a cor preta, tal como narra a estória. Com a atividade concluída, o livro foi apresentado e iniciou uma conversa sobre a cor da pele de “Dona Biá”, como se pode verificar a partir da figura 2.

Figura 2 – Leitura em roda de conversa



Fonte: Arquivos dos autores

Posteriormente solicitamos a ilustração da capa do livro (o mais próximo que pudessem chegar da imagem original), com o intuito de observar se ainda haveria uma rejeição acerca da cor da pele da personagem. Em seguida adentramos na Geografia. Nesse momento, fomos em busca de conhecer alguns países africanos. Realizamos um “passeio” pela África. Os estudantes exploraram o mapa *mundi* (globo) encontraram a África e seus 56 países, em seguida pintaram o mapa da África e colaram no caderno, como se observa a partir da figura 3.

Figura 3 – Um passeio pela África



Fonte: Arquivos dos autores

Na disciplina de Ensino Religioso, abordamos as religiões de matriz afro-brasileira. A cada dia do projeto era escolhido um aluno para ser o pesquisador, este realizaria uma pesquisa sobre as personalidades negras e trazia no dia seguinte, que era usada como introdução na aula. Personalidades como Dandara, Zumbi, Machado de Assis, Marielle

Franco, Carolina de Jesus foram lembradas nas aulas (era colocado para as crianças a sugestão do tema da pesquisa, escritores e escritoras, políticos, atores ou atrizes, professores e professoras, jornalistas, etc.). A partir das biografias pesquisadas e compartilhadas em sala de aula as crianças se encantavam e descobriam o quanto esses sujeitos foram e são importantes para a história no Brasil.

Outra atividade desenvolvida se refere as pesquisas no laboratório de informática sobre a história e o significado das máscaras africanas, cada criança escolheu uma máscara para imprimir, recortar e pintar, trabalhamos a Arte, mesmo com as nossas limitações diante de recursos (material didático), em seguida foram desenvolvidas algumas brincadeiras de origem africana, com atividades de Educação Física por meio das brincadeiras, movimento e ritmo (acompanhe meus pés, cauda do dragão, saltando o feijão, escravos de Jó, etc.), como se percebe a partir da figura 4.

Figura 4 – Produzindo máscaras



(a)



(b)



(c)

Fonte: Arquivos dos autores

Para trabalhar o corpo humano na matéria de Ciências, abordamos os traços físicos faciais, levamos um espelho para a sala e pedimos para as crianças se olharem, em seguida fotografamos cada uma delas (uso do *smartphone*), imprimimos todas as fotografias e distribuimos. Em seguida solicitamos que cortassem em cinco partes (tracejamos as fotos) testa, olhos, nariz, boca e queixo, cada aluno escolheu uma das partes da foto e trocou as demais, por fim montaram a fotografia novamente, assim como ilustrado na figura 5.

Figura 5 – Mosaico de fotografias



Fonte: Arquivos dos autores

No decorrer do projeto abordamos os conteúdos de História, a data 20 de novembro, a história de Zumbi dos Palmares em quadrinhos, Dandara, comunidades quilombolas e em Língua Portuguesa por intermédio de leitura e escrita da música “África”, gênero textuais, uso do dicionário, significados de palavras. Por fim, realizamos uma exposição das atividades dos alunos aberta ao público e apresentamos uma dança, como se observa na figura 6.

Figura 6 – Culminância do projeto



Fonte: Arquivos dos autores

A participação efetiva da comunidade escolar, que de início rejeitou o projeto, e principalmente dos estudantes e da população resultaram em mudanças significativas no processo de compreensão da realidade racial e racista dentro da escola que se reverbera para fora de seus muros. Deste modo, a educação pode ser considerada um dos vieses para a concretização de uma construção de consciências que vislumbrem alternativas para além das

que compõe a raça e o racismo. Assim, um processo de ressignificação do ser professor, e a viabilização de uma formação transformadora, instigando pensamento e valores que podem ser convertidos em práticas inclusivas.

Resultados e discussões

Por intermédio das vivências durante a aplicação desse projeto, foi possível perceber uma mudança significativa dos sujeitos envolvidos, as atitudes de respeito, de aceitação da cultura e história dos povos negros. Socializar essa experiência, expor os trabalhos desenvolvidos pelas crianças nos trouxe ainda descobertas importantes da realidade das famílias dos estudantes que incorporavam acriticamente o pensamento hegemônico dominante.

O ambiente escolar ficou mais alegre, “colorido”. As conversas durante as aulas eram inspiradoras, curiosas e de uma diversidade inesperada, de crenças, costumes e ancestralidade. Surgiram relatos de avós que foram Mães de Santo, que por conta do preconceito e racismo esconderam suas práticas. Por serem obrigadas a se tornarem católicas negaram suas crenças como mais uma expressão da violência do racismo estrutural. Ouvir as mães falando com naturalidade dos cabelos crespos de seus/suas filhos/as e admitindo que foi a partir das discussões sobre raça e racismo que elas entenderam e reconheceram os traços negros como belos e naturais foi gratificante.

É importante ressaltar o impacto causado nas crianças ao desenvolver cada uma das atividades, quando lida a história “A África de Dona Biá” que exalta as belezas existentes na África, reis e rainhas negros/as, ao falar dos tons de pele, em uma sala com 21 crianças das quais apenas duas tem cor de pele supostamente “branca”. A atividade no laboratório de informática (fazer o avatar) foi uma das atividades mais interessantes, que resultou no entendimento e da aceitação das crianças acerca da cor da pele, foram dias inspiradores, de encantamento e enfrentamento, de descobertas, desconstrução de raças e reconstrução do gênero humano num processo histórico-social. É claro que não podemos deixar de afirmar que se tratou de uma atividade pontual e não generalizada, pois, aconteceu no ambiente de uma escola. As limitações de uma discussão como essa na sociedade como um todo enfrenta problemas insolúveis que só serão possíveis de resolver numa sociedade em que o gênero humano tenha centralidade política, econômica e social e que, por tanto, o racismo não exista.

A beleza do projeto está em demonstrar que práticas antirraciais e antirracistas são possíveis e que a luta deve sempre estar no cotidiano de nossas ações.

Considerações finais

Diante do que foi abordado durante o projeto, a história e cultura afro-brasileira, as personalidades negras, o reconhecimento da cor da pele, as características físicas (fenótipos), a África enquanto território de reis e rainhas, as brincadeiras de origem africana, a culinária e a história de Zumbi e Dandara, notamos que os desafios são imensos. Ainda há uma resistência em contar a história dos povos africanos nos espaços formativos e, principalmente, em admitir que no Brasil existe racismo e discriminação. Compreendemos que é necessário intensificar os estudos sobre educação antirracista, para que os professores sejam conhecedores da história dos sujeitos que com muita resistência e luta ajudaram a construir o Brasil e assim desenvolvam práticas pedagógicas que possibilite a promoção de uma pedagogia antirracista e antirracista dos alunos.

A partir dessa experiência pensamos em explorar mais intensamente, principalmente na escola, considerando que esse é um lugar em que os sujeitos estão em processo de formação, a desconstrução dos conceitos que foram impostas agressivamente sobre a história do povo negro no Brasil, dar visibilidade ao povo negro e desnaturalizar as ideias, pensamentos e atitudes racistas e de soberania racial. Sabemos que tudo isso é um processo lento, doloroso e violento, mas acreditamos na educação antirracista e que através de ações coletivas atingiremos mudanças significativas, pois, como afirma Davis “A Liberdade é uma luta constante”.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Suelí Carneiro; Pólen. 2019

BRITO, M. B. G. S. **A formação do gestor em Alagoas**: a experiência do curso de especialização em gestão escolar – fala gestor! Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, UFAL, 2017.

DAVIS, A. **A Liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre. Coleção L&PM POCKET, 2010.

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório – relações étnico-raciais e educação no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 23, p. 95-108, 2008.

HOOKS, B. Educação democrática. In: CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 199-207.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

